

## ÍNDICE

NOTA EXPLICATIVA	5
NOTA PRÉVIA À SÉTIMA EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À SEXTA EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA À QUINTA EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA À PRIMEIRA EDIÇÃO	13
ABREVIATURAS	17

### **PRIMEIRA PARTE DIREITO ADMINISTRATIVO, LEGALIDADE ADMINISTRATIVA E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

#### **I – DIREITO ADMINISTRATIVO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA**

1. Direito Administrativo, Administração Pública e Função Administrativa	21
1.1. Direito Administrativo e Administração Pública	22
1.2. Função administrativa e relações jurídico-administrativas	26
2. Âmbito de aplicação do Direito Administrativo	35
2.1. Âmbito de aplicação do Direito Administrativo orgânico ou organizatório: Direito Administrativo e formas da Administração Pública	35
2.2. Âmbito de aplicação do Direito Administrativo como Direito das relações jurídicas administrativas	39
2.2.1. Âmbito de aplicação às pessoas colectivas de direito público	46
2.2.2. Âmbito de aplicação às pessoas coletivas de direito privado	48

## II – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Enquadramento	58
2. Administração Estadual e Administração Autónoma	59
2.1. Administração Estadual	59
2.2. Administração Autónoma	61
2.2.1. Administração regional e local	61
2.2.2. Associações públicas e instituições de ensino superior públicas	67
3. Formas de Administração indirecta	76
3.1. Institutos públicos	77
3.2. Empresas públicas	79
3.3. Fundações públicas	84
4. Administração independente	88

## III – LEGALIDADE ADMINISTRATIVA:

### A SUBORDINAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO À LEI E AO DIREITO

1. Princípio da legalidade e suas insuficiências	95
1.1. A Administração Pública como Poder	95
1.2. A Administração Pública como um poder subordinado: o princípio da legalidade da Administração	96
1.3. A Administração Pública como um poder dotado de autonomia: insuficiências do princípio da legalidade	98
1.4. Fisiologia da autonomia da Administração Pública: enquadramento jurídico dos poderes de valoração próprios da Administração	103
1.5. Fronteiras da autonomia da Administração Pública: verdadeira natureza dos poderes de valoração próprios da Administração	108
1.6. Parâmetros normativos conformadores da autonomia administrativa	116
2. Princípios gerais da atividade administrativa	120
2.1. Princípio da igualdade	123
2.2. Princípio da proporcionalidade	125
2.3. Princípios da justiça e da razoabilidade	132
2.4. Princípio da boa-fé	137
2.5. Princípio da imparcialidade	138
2.6. Princípio da boa administração	144

**IV – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

1.	Enquadramento: aspetos funcionais e estruturais	159
2.	Regime geral do procedimento administrativo	172
2.1.	O responsável pela direção do procedimento	172
2.2.	A conferência procedimental	173
2.3.	Estrutura do procedimento	186
	A. Iniciativa	188
	B. Fase preparatória	190
	C. Audiência dos interessados	193
	D. Fase constitutiva: resolução do procedimento	203
	E. Fase complementar ou de integração de efeitos da decisão	207

**SEGUNDA PARTE  
INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE ATUAÇÃO  
ADMINISTRATIVA**

**REGULAMENTOS**

1.	Conceito de regulamento – regulamento e ato administrativo	211
2.	Fundamento do poder regulamentar: lei e regulamento	220
3.	Titularidade do poder regulamentar	229
4.	Forma e publicidade dos regulamentos	230
5.	Classificação dos regulamentos: regulamentos de execução e regulamentos independentes	231
5.1.	Regulamentos de execução	231
5.2.	Regulamentos independentes	233
	a) Regulamentos autónomos	234
	b) Regulamentos independentes emanados pelo Governo	235
	c) O problema do poder regulamentar independente das entidades reguladoras	237
6.	Relações entre regulamentos	238
7.	Procedimento dos regulamentos	240
8.	Eficácia dos regulamentos	247
9.	Invalidez dos regulamentos	248
10.	Caducidade e revogação dos regulamentos	251

**ATO ADMINISTRATIVO****I – ÂMBITO DO CONCEITO E CATEGORIAS  
DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Enquadramento	255
2.	Ato administrativo: caracterização e elementos constitutivos	259
3.	Atos instrumentais: âmbito e espécies	270
4.	Classificações e tipologia de efeitos dos atos administrativos	276
4.1.	Perspectiva formal-abstracta: tipologia de efeitos dos atos administrativos como manifestações de poder jurídico	284
4.1.1.	Atos constitutivos	284
4.1.2.	Atos declarativos: caracterização e espécies paradigmáticas	286
	a) Declarações de nulidade, de caducidade e de incompetência	289
	b) Pré-decisões e pareceres vinculativos	289
	c) Atos de conteúdo negativo	292
4.1.3.	Atos de verificação constitutiva	295
4.1.4.	Atos impositivos	298
4.2.	Perspectiva material-concreta: tipologia de efeitos dos atos administrativos como atos conformadores de relações jurídicas administrativas	299
4.2.1.	Atos conformadores de relações jurídicas entre a Administração e os particulares	301
	A) Atos de prossecução do interesse público	301
	a) Atos agressivos	301
	b) Atos atributivos	305
	B) Atos de satisfação de interesses privados com salvaguarda do interesse público	308
	a) Atos autorizativos	308
	b) Atos dispositivos de bens dominiais	310
4.2.2.	Atos conformadores de relações jurídicas interadministrativas	312
	a) Autorizações	312
	b) Aprovações	313
	c) Delegação de poderes	313
5.	Ato administrativo e meras declarações da Administração	315

**II – FORÇA JURÍDICA E EXECUÇÃO  
DO ATO ADMINISTRATIVO**

1. Força jurídica do ato administrativo	325
1.1. Obrigatoriedade do ato administrativo	325
1.2. O problema da presunção de legalidade do ato administrativo	331
2. Execução do ato administrativo	344

**III – INVALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

1. Existência, validade e eficácia dos atos administrativos	355
1.1. Existência dos atos administrativos	356
1.2. Validade dos atos administrativos – regimes da nulidade e da anulabilidade	362
1.2.1. Casos de nulidade	363
1.2.2. Regime da nulidade	366
1.2.3. Regime da anulabilidade – em especial, os casos de afastamento do efeito anulatório do artigo 163º, nº 5	367
1.3. Eficácia dos atos administrativos	378
2. Causas de invalidade dos atos administrativos	380
2.1. Sujeito do ato administrativo e vícios relativos ao sujeito: usurpação de poderes, incompetência e faltas de legitimação do sujeito	380
2.2. Procedimento administrativo, vícios de procedimento e meras irregularidades não invalidantes	384
2.3. Forma e vícios de forma	388
2.4. Objeto do ato administrativo e “violação de lei” por vício quanto ao objeto	391
2.5. Pressupostos do ato administrativo e “violação de lei” por falta de pressupostos	393
2.6. Conteúdo do ato administrativo e “violação de lei” quanto a aspetos vinculados na determinação do conteúdo	402
2.7. Vícios do exercício dos poderes de valoração próprios da Administração	403
2.8. Regime dos <i>atos consequentes</i> de atos inválidos	410

**IV – REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO  
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Revogação e anulação pela Administração dos atos administrativos ( <i>anulação administrativa</i> )	417
2.	Condicionaisismos impostos à revogação e à anulação administrativa	421
2.1.	Condicionaisismos impostos à revogação dos atos administrativos (artigo 167º do CPA)	425
2.2.	Condicionaisismos impostos à anulação administrativa (artigo 168º do CPA)	438
3.	Dever de anulação administrativa	445
4.	Convalidação e substituição sanatória de atos anuláveis	457

**V – RECLAMAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Modalidades e âmbito de aplicação	465
2.	Reclamações e recursos administrativos necessários	471

**CONTRATOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**I – ÂMBITO E CATEGORIAS**

1.	Enquadramento	481
1.1.	O contrato no contexto do Direito Administrativo	481
1.2.	Pressupostos metodológicos da exposição	491
1.2.1.	O contrato como instituto da Teoria Geral do Direito	491
1.2.2.	Contratos administrativos e contratos de direito privado da Administração: os contratos de Direito Administrativo	492
1.2.3.	Os procedimentos de formação dos contratos: remissão para o Direito dos Contratos Públicos	496
1.2.4.	Contratos de Direito Administrativo e contratos públicos: justificação da terminologia adotada	500
2.	Âmbito da figura do contrato administrativo	507
I)	Contratos administrativos por natureza	512
I.I)	Contratos sobre o exercício de poderes públicos	512

I.II)	Contratos sobre coisas públicas ou funções públicas	513
I.III)	Contratos que condicionem a realização das atribuições públicas	514
II)	Contratos administrativos por determinação da lei	516
III)	Contratos administrativos por qualificação das partes	517
3.	Principais categorias de contratos administrativos	522
I.	Contratos cujo objeto abrange prestações que estão ou são susceptíveis de estar submetidas à concorrência de mercado	526
II.	Contratos de colaboração subordinada do cocontratante na prossecução das atribuições do contraente público	528
III.	Contratos sobre o exercício de poderes públicos	533
IV.	Contratos interadministrativos	536
V.	Contratos de locação ou aquisição de bens móveis e serviços, de delegação de funções públicas, de cooperação e de atribuição de situações de vantagem	538

## II – REGIMES JURÍDICOS SUBSTANTIVOS

1.	Enquadramento: âmbito de aplicação da Parte III do CCP e indicação de sequência	543
2.	Regime da invalidade dos contratos	548
2.1.	Invalidade consequente	549
2.2.	Invalidade própria e regime de invalidade	551
3.	Regime dos contratos administrativos de colaboração subordinada	554
3.1.	Execução do contrato e poderes do contraente público de conformação da relação contratual	556
3.1.1.	Poderes de direção e fiscalização	557
3.1.2.	Poder de modificação unilateral	558
3.1.3.	Poder de aplicar as sanções previstas para a inexecução do contrato	564
3.1.4.	Poder de resolução unilateral	565
3.2.	Incumprimento contratual	568
3.3.	Modificações objetivas da relação contratual	571
3.3.1.	Modificação unilateral do contrato: remissão	572

3.3.2. Alteração objetiva das circunstâncias	572
3.3.3. Alteração de circunstâncias imputável ao contraente público	577
3.3.4. Limites à modificabilidade dos contratos	584
3.4. Extinção do contrato	592
4. Regime dos contratos sobre o exercício de poderes públicos	598
5. Regime dos contratos interadministrativos de cooperação	614
6. Direito Administrativo aplicável aos contratos de direito privado da Administração	619

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. Estrutura dualista do regime da responsabilidade da Administração	624
2. Repartição de responsabilidades entre a Administração Pública e os seus agentes	628
3. Responsabilidade da Administração Pública por falta do serviço ( <i>faute du service</i> )	636
4. Pressupostos da responsabilidade por facto ilícito e culposo	640
4.1. Primeira modalidade de ilicitude: ilegalidade	643
4.2. Segunda modalidade de ilicitude: inobservância de deveres objetivos de cuidado	646
4.3. Terceira modalidade de ilicitude: funcionamento anormal do serviço	648
4.4. Dimensão subjetiva da ilicitude: ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos	651
5. Responsabilidade por atos administrativos ilegais	652
6. Responsabilidade pelo risco e presunção de culpa no incumprimento de deveres de vigilância	668
ÍNDICE	671